

Agenda do valor em saúde deve incluir farmácias

O modelo de pagamento baseado em resultados, apesar de importante, deve ser apenas utilizado nos casos em que se justifica e não ser visto como um modelo de utilização universal, argumenta Hélder Mota Filipe, professor da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, ex-vice-presidente do Infarmed, que faz parte da Coordenação Nacional para a Estratégia Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde.

Hélder Mota Filipe parte do pressuposto de que os sistemas de saúde, sobretudo o SNS, devem garantir que "os doentes têm acesso aos tratamentos mais adequados à sua condição e de acordo com o estado da arte". Quando há alternativas terapêuticas deve ser tratado com a que "tenha demonstrado ser mais custo-efetiva" e que quando isso é possível deve-se utilizar o modelo de pagamento baseado nos resultados obtidos no doente.

O modelo de pagamento baseado em resultados pode ter um impacto positivo para todo o circuito, desde a indústria farmacêutica, distribuição até aos sistemas de saúde, considera Hélder Mota Filipe. Acrescenta que "aumenta a transparência relativamente ao valor do medicamento, também por comparação com as alternativas, e permitirá utilizar em cada momento a alternativa mais custo-efetiva".

Modelos mistos

Ana Paula Martins, bastonária da Ordem dos Farmacêuticos defende tanto o modelo de pagamento baseado nos resultados para o doente como os modelos mistos (resultados e produção). Diz que estes poderiam ter a vantagem de propiciar "um melhor planeamento das políticas de saúde a médio/longo prazo, independentemente dos ciclos políticos", desde que "alavancados em modelos de objetivos e de financiamento/contratualização plurianuais realistas, alinhando o financiamento com as necessidades dos utentes".

Estes modelos implicam, na opinião de Ana Paula Martins, "uma maior autonomia, responsabilização do prestador de cuidados de saúde, monitorização das verbas disponibilizadas e avaliação da gestão via indicadores de desempenho globais e "metas". Além disso, requerem "a promoção da obtenção de dados fidedignos, incluindo de vida real e que se considerem modalidades como a partilha de risco e, naturalmente, a avaliação contínua do modelo de acesso às tecnologias de saúde, promovendo o cumprimento dos prazos estabelecidos e a transparência na avaliação das tecnologias", resume a bastonária da Ordem dos Farmacêuticos.

Inovação dos medicamentos

No 1.º semestre de 2019 foram aprovados para utilização e financiamento pelo SNS 37 medicamentos inovadores, novas substâncias ou novas indicações, face aos 15 aprovados no mesmo período do ano passado.

Segundo os últimos dados que a Ordem dos Farmacêuticos dispõe, em média, "o tempo entre a autorização de introdução no mercado (AIM), processo de avaliação e o